

colóquio
internacional

14 - 15 Dezembro | Diciembre
ISCTE-IUL

AR QUI TETURA POPULAR

Tradição e Vanguarda | Tradición y Vanguardia

livro de actas

COORDENAÇÃO: PAULA ANDRÉ



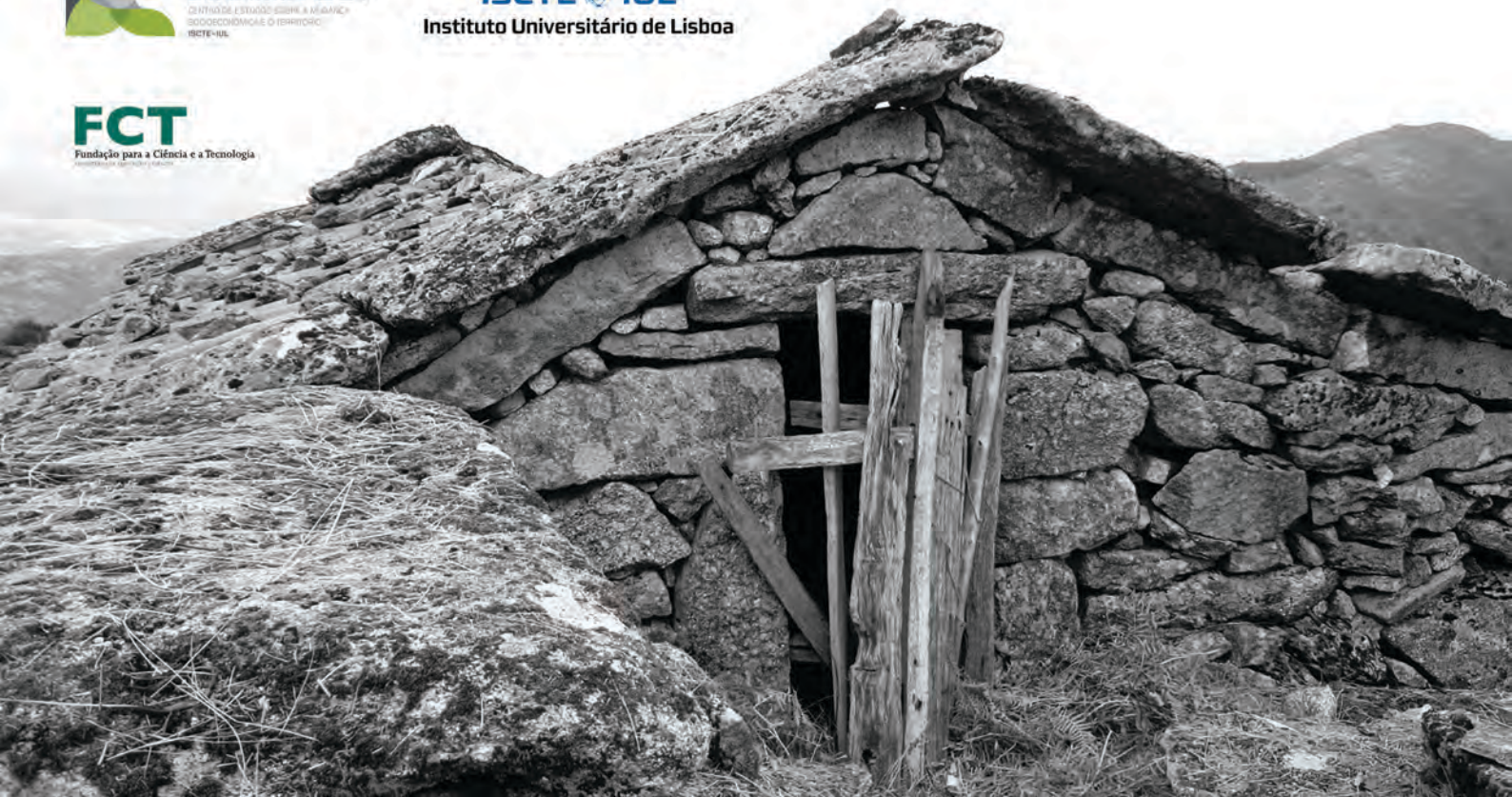
DINAMIA' CET
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A REALIDADE
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

ISCTE IUL

Instituto Universitário de Lisboa

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia



Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda.

Coordenação
Paula André

DINÂMIA'CET-IUL
ISCTE-IUL
2016

Título: Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda.
Coordenação: Paula André
Edição: DINÂMIA'CET-IUL
ISBN: 978-989-732-985-2
Ano: 2016

Índice

Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda.

Paula André

Lisga - a tradição perdida, a vanguarda inexistente, o regresso à Natureza

Duarte Belo

Arquitectura Popular: totalidade e ordem implícita.

Maria Rosália Guerreiro

A preservação de um “casarão popular” do século XIX: entre ideologias, interpretações e intervenções no Casarão Pau Preto, cidade de Indaiatuba, Brasil.

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus

Marcos Tognon

Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica.

Vidal Gómez Martínez

María Teresa Pérez Cano

Blanca Del Espino Hidalgo

Património rural dos Açores. Proposta de inventariação e reabilitação da vila Conceição e envolvente.

Hernâni Alves Ponte

Soraya M. Genin

Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. A relação com a arquitectura típica açoriana.

Bruno Furtado

Cheila Arruda

Dinis Simão

Gonçalo Lopes

Arquitetura Portuguesa de Autor: Aproximações à Arquitectura Popular.

Teresa Madeira da Silva

A Arquitectura Popular dos Povoados do Alentejo. Uma abordagem metodológica e operativa.

José Baganha

A 2ª Geração dos arquitectos Modernos Portugueses, o Inquérito à Arquitectura Regional e os CIAM.

António Neves

Descontextualização e impactos das *casas-cueva* de Galera - Granada: de moradia popular a moradia de luxo.

María José Reche Domingo

Tomás Antonio Moreira

Bibliografia da arquitectura vernácula em Portugal – algumas considerações
José Manuel Fernandes

Arquitetura, contexto e mudança nas regiões de montanha do norte da Beira
Miguel Reimão Costa

Paradoxos entre a casa vernacular e a moderna - divergências ao longo do tempo entre o conservadorismo e o modernismo na cultura romântica europeia.
Ana Lau
Miguel Baptista-Bastos

Telhados de Tesouro de Tavira – Modelos e Tipologias de Casas Nobres da Ribeira com telhados múltiplos
Ana Isabel Nascimento Santos

Considerações de Raul Lino acerca das condições que influenciam a arquitectura de cada região
Francisco Portugal e Gomes

Manter ou não manter as técnicas construtivas utilizadas na Arquitectura Popular Portuguesa? – sua justificação à luz da contemporaneidade ecológica, filosófica e tecnológica.
Joana Maria Freitas Mesquita

Arquitetura Vernacular Praieira – Nordeste do Brasil
Genival Costa de Barros Lima Junior

A Casa e o sagrado – A Cidade de Macuti, na Ilha de Moçambique.
Filipa Besteiro Lacerda

A operatividade do popular na conceção do erudito.
Pedro Fonseca Jorge

Arquitetura, contexto e mudança nas regiões de montanha do norte da Beira

Miguel Reimão Costa

Universidade do Algarve / Ceaacp / Cepac

mrcosta@ualg.pt

Resumo

O presente artigo incide na arquitetura vernacular das áreas de montanha no norte de Portugal e, mais especificamente, da região setentrional da Beira, procurando caracterizar as condições da sua permanência e mudança, a partir da importância do contexto, do povoamento e da paisagem e considerando os diferentes ciclos de transformação características da época contemporânea. Numa fase inicial, esta arquitetura será analisada no âmbito da organização tradicional das áreas de recursos das aldeias serranas, desde os diferentes usos e construções na paisagem ao sítio do assentamento. Do mesmo modo, será também caracterizada tendo em conta a transformação destas paisagens em altitude: primeiro através da seleção de um caso de estudo particular, tradicionalmente marcado pelo deslocamento estacional das populações (num processo idêntico aos estudados no sistema montanhoso da Peneda-Gerês ou noutras áreas de montanha do Mediterrâneo); e depois mediante o registo de algumas das características particulares que as arquiteturas destas aldeias poderão adquirir, em função da sua localização em altitude ou a cotas mais baixas.

Numa segunda fase, serão considerados alguns dos temas que marcam a transformação das arquiteturas e aldeias serranas em época contemporânea, desde a importância da mineração, até aos diferentes ciclos migratórios e aos processos de gradual abandono. Por fim, já numa parte conclusiva, a transformação mais recente da arquitetura serrana será enquadrada nos processos da redescoberta das áreas do interior, associados a projetos ou iniciativas de índole diversa que têm contribuído para afirmar a importância e identidade de alguns destes núcleos, num contexto de crescente e reconhecido abandono das áreas de montanha e, em especial, daquelas mais distantes das regiões urbanas do litoral. Procurando documentar o quadro de significativa diversidade que caracteriza as aldeias de montanha do norte da Beira serão mencionados os casos de Covas do Monte, Mazes, Pena, Drave, Almofala, Rio de Frades, Regoufe, Nodar e Campo Benfeito.

Palavras-chave: aldeia, paisagem rural, arquitetura vernacular, casa do emigrante, “território vago”

Introdução

As aldeias de montanha em Portugal têm sido caracterizadas, em diferentes circunstâncias, a partir da contraposição de um passado de relativo isolamento, associado à economia de subsistência e à persistência de formas arcaicas, e um presente em que as diversas expressões da *desruralização* se combinam com a generalização de novas arquiteturas. A presente investigação procura contribuir para uma abordagem mais matizada destas regiões, capaz de refletir a diversidade que hoje conforma os núcleos serranos de pequena dimensão, considerando os modelos de ocupação do território, os legados da economia tradicional, os reflexos da emigração e do abandono e, ainda, a emergência de novas propostas ou visões para estas áreas.

Em termos metodológicos, esta investigação tem privilegiado o trabalho de campo, quer a nível da prospeção e da visita a um número significativo de aldeias, quer a nível do levantamento da arquitetura tradicional.¹ Incide na unidade de paisagem das “montanhas do norte da Beira e do Douro”², compreendendo especialmente as regiões que se estendem do Caramulo ao Montemuro, passando pelas serras da Freita e da Arada. Inscreve-se num estudo comparado, de âmbito mais abrangente, que se estende a outras áreas de montanha do Mediterrâneo Ocidental, procurando integrar as diversas expressões do património construído, à escala da arquitetura, do assentamento e da paisagem. Ainda que este trabalho privilegie assim a caracterização do património a uma abordagem mais prospetiva, procura, em qualquer caso, contribuir para a reflexão em torno à eventual importância da sua conservação enquanto fator de desenvolvimento das áreas designadas de Baixa Densidade. Pretende-se demonstrar que, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, os núcleos de montanha em estudo remetem hoje para uma multiplicidade significativa de situações que deveria ser considerada nas diferentes escalas de Ordenamento do Território.

Como um círculo na paisagem

As serras do norte da Beira confirmam a tendência para a organização do povoamento em pequenos aglomerados característica das regiões de montanha. O estudo da economia tradicional destas regiões revelará, quase sempre, essa relação primordial entre o carácter agreste dos territórios serranos, a organização em comunidades praticamente autossuficientes e a pequena dimensão generalizada das suas povoações. A presença da aldeia na paisagem é aqui enfatizada pela configuração das parcelas de regadio e de sequeiro que estendem o seu limite a um *círculo* largo correspondendo a um vale mais ou menos generoso e aos terraços construídos na encosta. O desenho desse círculo resultou, na maior parte dos casos, de um trabalho contínuo sobre o território, reconfigurado a partir da importância das culturas regadas. As águas retidas em presas ou poças a montante são encaminhadas através de regos para os campos delimitados nas baixas ou para as leiras construídas nas encostas. Mas a economia de subsistência característica destes territórios remete necessariamente para uma diversidade de recursos que tem ou tinha uma expressão evidente no modelo de organização da paisagem: às terras do milho e das culturas regadas juntavam-se as vertentes e os terraços de sequeiro adstritos, em grande medida, ao centeio; a proximidade da aldeia era ainda marcada pelas vertentes florestadas de carvalhos e castanheiros (que foram perdendo relevância durante o século passado e de forma ainda mais expressiva com a recente extensão do eucalipto); e as vertentes e os planos mais altos dos baldios serviam aos pastos (gado miúdo aduado e gado graúdo semiestabulado) mas também às lenhas e aos matos para as

¹ No presente caso, o levantamento da arquitetura tradicional recaiu fundamentalmente na aldeia da Drave, integralmente levantada pelo autor em parceria com Nuno Reimão de Brito Peres e João Reimão Ferreira da Silva, a quem o presente artigo é dedicado. Cf. COSTA, M.R. – A casa de baixo e a casa de riba na Drave: crónica de um lugar do maciço da Gralheira em Portugal.

² RIBEIRO, O. – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas, p. 188-189.

camas dos currais, às silhas de cortiços ou à produção de carvão. Vista do Portal do Inferno, a aldeia de Covas do Monte na serra da Arada, regista ainda hoje esta organização (figura 1), marcada como outras povoações pela persistência de muitos dos hábitos da economia tradicional, desde as culturas regadas ao rebanho aduado que ainda mantem.



Figura 1 Covas do Monte, Arada; Elaborada pelo autor.

A portela do inverno

Este modelo genérico de organização da paisagem tradicional comportava, como foi notado, por exemplo, para a serra de Montemuro, um significativo número de variantes, em função da delimitação das diversas subunidades de paisagem – ribeira, meia serra e planalto³ – e das limitações das diferentes culturas em altitude⁴. A aldeia de Mazes, localizada junto à *serra do Bigorne* no extremo oriental de Montemuro, constitui um caso particular no contexto da região, considerando justamente a transformação da paisagem com a altitude. Este lugar comporta uma organização em diversos núcleos associada ao deslocamento estacional da sua população, compreendendo a aldeia de Mazes, em zona de vertente, mais abrigada (entre as cotas 730 e 800) e os núcleos das Antas, Sabugueiro e Castelo mais sujeitos aos rigores do inverno (entre as cotas 930 e 970). O contraste entre as condições destes diferentes lugares é registado pela expressão das gentes de Mazes quando referem, reportando-se à zona do cruzeiro sobranceira à aldeia, que «quem não passar a portela para cima não sabe o que é o inverno...».

Os lugares mais altos combinavam as pastagens e os fenos com as culturas dos campos – batata, feijão, muito centeio e pouco milho – na orla da ribeira das Poldras que bordejava também, a jusante, a aldeia de Mazes, onde o milho, a vinha e a fruta tomavam o lugar do centeio. Se a aldeia, marcada pela presença da Igreja e dos espigueiros, não se distingue consideravelmente das povoações vizinhas (figura 2), os lugares de cima, a mais de um

³ Cf. RIBEIRO, O. – Dois tipos de ocupação humana na montanha portuguesa: posição do Montemuro.

⁴ GIRÃO, A. – Montemuro: a mais desconhecida serra de Portugal, p. 121.

quilómetro de distância, apresentam uma estrutura bem menos formalizada marcada pela preponderância dos currais para o gado (figura 3). As últimas décadas confirmaram, de resto, o abandono gradual destes lugares, primeiro de Sabugueiro e Castelo, e depois das Antas.

Antes deste processo, a maior parte das famílias tinham as casas divididas nos dois lugares, com a aldeia de Mazes a corresponder à habitação matriz e a *lojas* várias e os lugares de cima a albergar o conjunto dos currais e palheiros associados frequentemente à habitação sazonal de um único compartimento (entre algumas raras habitações de ano inteiro). Isto porque, para além de ali se deslocarem duas vezes ao dia de modo a abrir e fechar as portas dos currais ao gado, a população de Mazes *transumava* para os lugares de cima, nos meses de estio (geralmente em Julho e Agosto). Recordando as *brandas* e *inverneiras* da serra da Peneda, o deslocamento estacional de Mazes é mais próximo do das aldeias da região de Soajo, (onde a inverneira, a cota mais baixa, constituía o núcleo principal), do que das de Castro Laboreiro (onde, ao contrário, eram as *brandas* mais altas que correspondiam aos períodos de maior permanência).



Figura 2 Mazes, Montemuro; Elaborada pelo autor.



Figura 3 Mazes (núcleo da Anta), Montemuro; Elaborada pelo autor.



Figura 4 Pena, Arada; Elaborada pelo autor.



Figura 5 Drave, Arada; Elaborada pelo autor.

Um número certo de casas

Uma das condições decisivas que justificam a organização da aldeia de Mazes em dois núcleos está relacionada com a decisão de explorar as terras mais altas com maior aptidão agrícola, o que poderá ter permitido, inclusivamente, o aumento do número de famílias ou de casas da aldeia. Isto porque, pelas suas características específicas, os territórios de montanha tenderão a impor, ao longo da história, um limite ao crescimento dos seus aglomerados. Ainda que com a construção das leiras em terraço, o homem se pretenda rebelar à expressão confinada dos *vales* de montanha, as povoações nunca adquirirão aqui uma dimensão

significativa, com as aldeias maiores a localizarem-se, quase sempre, junto às zonas mais generosas de aluvião ou nas zonas de planalto.

Esse limite ao crescimento que o território tenderá a impor a estas aldeias, acabará por adquirir, nalguns casos, uma expressão cultural como ocorreu no lugar da Pena localizado na vertente norte da serra de São Macário (figura 4). Segundo a tradição ainda vigente na década de trinta do século passado, a povoação deveria manter-se enquanto lugar de somente sete casas, pelo que cada família casava apenas um dos filhos na aldeia, *largando* os restantes à sua sorte, de modo a contrariar o parcelamento da propriedade e assegurar a viabilidade das explorações⁵. Nalguns casos, esta tradição poderá ter dado sequência aos preceitos inerentes aos contratos de empraçamento que conformavam a ocupação destas terras durante o Antigo Regime, como ocorria com a *póvoa da Drave*,⁶ a que voltaremos de seguida. É um costume que enfatiza a importância do vínculo da aldeia à área de recursos que lhe estava afeta, registando o modo como, ao contrario do que hoje sucede, o núcleo edificado e a paisagem constituíam duas partes de um mesmo sistema, podendo, com alguma facilidade, estabelecer-se uma consonância entre a dimensão da aldeia e a generosidade das terras que se estendiam em seu redor. É o que ocorre com a aldeia da Drave (figura 5), a poucos quilómetros da Pena, que constitui um interessante caso de estudo para a interpretação da relação entre o território natural e a paisagem cultural, compreendendo, entre outros temas, o sítio do assentamento, as poças e as leiras ou as encostas de sequeiro, como a seguir se verá.

Os de Baixo e os de Riba

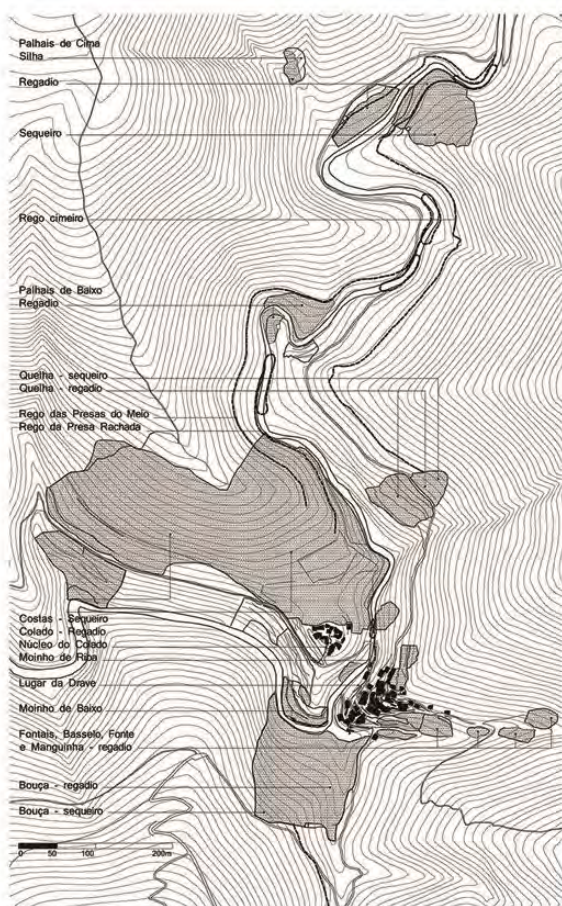


Figura 6 Drave, area de recursos; Elaborada pelo autor

A paisagem da Drave é marcada pelo curso da ribeira de Palhais, integrado na bacia hidrográfica do rio Paiva, num vale encaixado de ladeiras fragosas que, mais uma vez, se traduziu, a nível do povoamento, numa aldeia de pequena dimensão. Tal como, de um modo geral, ocorre nas regiões montanhosas, a construção deste lugar converte o afloramento rochoso em fundação, modelando a sua morfologia através da execução da plataforma e do muro de suporte em alvenaria de pedra para as habitações, os currais, os caminhos ou os eirados pontuados pelos característicos canastos onde se secava o milho.

Este processo é especialmente evidente no núcleo edificado principal da Drave que ocupa uma das ladeiras rochosas sobranceiras à ribeira de Palhais (figura 6). A organização das diferentes edificações registava ainda, em meados do século passado (figura 7), a importância da aldeia de outrora, conformada pela copresença de duas casas de lavrador que as várias fontes históricas distinguem por “casa de Baixo” e “casa de Riba”. O mesmo ocorre a nível da organização da paisagem em redor da aldeia, sendo ainda possível reconstituir os limites das parcelas pertencentes a cada uma das

⁵ GIRÃO – Montemuro: a mais desconhecida serra... p. 124.

⁶ COSTA – A casa de baixo e a casa de riba...

Figura 7 Drave, planta da aldeia, pisos térreo e superior; Elaborada pelo autor



duas casas, a partir do testemunho de antigos moradores. Na sua grande maioria, as leiras regadas dispunham-se em três bolsas principais, correspondendo a três regos distintos alimentados por poças encadeadas ao longo da ribeira a diferentes cotas (figura 6). Os processos de parcelamento, por herança, destas casas maiores enfatizaram progressivamente a importância das águas de partilha e da gestão comum de parte das estruturas construídas (que resultavam, por exemplo, nos trabalhos, entre consortes e herdeiros, de conservação dos regos e de reconstrução das poças).

É também o que ocorre com outras estruturas, desde as eiras e os canastros aos pequenos moinhos de água que, já em época contemporânea, passaram a servir ao número superior de habitações que entretanto surgiam na aldeia. Do outro lado da ribeira de Palhais, o núcleo do Colado, constituído quase em exclusivo por currais de cabras, foi também parcelado entre herdeiros das antigas casas maiores que procuravam manter as vantagens da sua localização junto às terras mais aplanadas e produtivas do lugar. De facto é a maior proximidade a estas terras associada à facilidade no transporte do estrume ali produzido que justifica a concentração de uma parte dos currais de cabras num núcleo autónomo e apartado da aldeia.



Casa de Baixo

Habitação (1) 1 corredor 2 cozinha com despensa 3 despensa 4 sala 5 quarto do padre 6 quarto (alçapão para adega) 7 quarto 8 quarto 9 adega 10 lenha 11 curral (porcos) 12-13 casa do lagar com adega no piso inferior 14 casa da varanda ou do tear 15 sobrado de "urdir as teias" e arrecadação de produtos agrícolas 16 quinteiro 17 curral (porcos) 18 curral (porcos) 19 corte cimeira (bezerras) 20-23 curral (vacas) 24 corte dos amassadoiros (vacas) 25 curral (cabras) 26 curral (vacas) 27 banzada/palheiro 28 coberto (carros de vacas) 29 eira e canastro 30 casa da eira (ladrilho) 31 casa da eira (desfolhar o milho) 32 canastro 33-34 curral (cabras) 35 palheiro 36 palheiro (milho) 37 palheiro (centeio) 38 curral (vacas) com banzada 39 curral (cabras) 40 palheiro (conhecida antes por casa do padre) 41• eira e canastro (desaparecido) 42• ladrilho/arados 43• casa da eira 44• eido com seis currais (cabras) 45 casa do mel e da cera 46 arrecadação (serviu de venda durante os períodos de exploração do volfrâmio) 47 destilaria / forja do ferreiro.

Capela 48

Habitação (2) 49 sala 50 cozinha 51 lagar 52 quarto 53 palheiro 54 curral (vacas/cabras) 54 curral (ovelhas) 56 coberto 57 adega 58 curral (vacas) 59 curral (corte da burra) 60 palheiro 29 eira e canastro em comum com habitação (1) 61 palheiro (banzada) 62 curral (vacas) 63• eido em comum com habitação (1) com três currais (cabras) 64• palheiro 29-31 eira, canastro e casa da eira em comum com habitação (1). moinho 65 em comum - habitação 1 e 2

Casa de Ribá

Habitação (3) 66 sala 67-68 quarto 69 cozinha 70 quarto 71 quarto/despensa (piso superior, com acesso autónomo, chegou a servir de casa de mineiros) 72 curral (vacas) 73 curral 74 coberto 75 curral (vacas) 76 cozinha (deverá ter constituído com 77 e 78 uma casa autónoma) 77-78 quarto 79 lagar e adega 81 palheiro (banzada) 81 curral (vacas) 82 coberto (carros de vacas) 83 eira com dois espigueiros 84-87 curral (cabras) 88-89• eido com quatro e três currais (cabras) 90• curral 91• palheiro

Habitação (4) 92 cozinha 93-94 quarto 95 forno 96 sala 97 quarto 98-99 curral (vacas) 100 casa da eira - sequeiro (serviu também de adega). Algumas das construções da habitação (3) não foram partidas e eram comuns a esta habitação.

Habitação (5) 101 cozinha 102 sala/quarto 103-104 curral (vacas) 105 curral (porcos) 106 eido 107 canastro 108• curral (vacas) 110• palheiro 111-112• curral (vacas) 113- 114 curral 115 sobrado (serviu de quarto) 116 coberto 117• eido com quatro currais (cabras)

Habitação (6) 118 cozinha 119 sala 120-121 quarto 122-123 curral (vacas) 124 curral (porcos) 111-113 em comum com habitação (5) moinho 125 em comum - habitações 3, 4, 5, 6

guarita 126• em comum - todas as habitações

• Compartimentos ou estruturas não representados por se encontrarem fora da área de impressão do presente desenho.

As casas das aldeias altas

O acento na difícil condição das terras de montanha, na paisagem agreste ou no povoamento serrano dos pequenos aglomerados terá repercussão, a nível da caracterização da arquitetura tradicional, na referência a uma edificação pobre e austera de alvenaria de pedra aparente, com cobertura de duas águas, frequentemente associada a um único compartimento térreo ou sobradado sobre as *lojas* do gado (figura 8).⁷ Mas esta caracterização genérica, que se poderia reportar indistintamente às diversas serras do norte, acabará por remeter, necessariamente, para um quadro tipológico mais complexo de expressão diacrónica e diatópica. Uma primeira variante poderia ser considerada, a nível dos sistemas construtivos, em resultado da alternância entre solos de xisto e solos de granito comum à generalidade destas áreas de montanha. À arquitetura de alvenaria irregular de xisto com telhado em lousa contrapõe-se assim a arquitetura de aparelho frequentemente mais regular de granito com cobertura de colmo, a que se poderá acrescentar ainda a combinação de algumas destas diferentes soluções nas áreas de transição (figura 9).



Figura 8 Almofala, Caramulo; Elaborada pelo autor.

Figura 9 Covelo de Paivó, Freita; Elaborada pelo autor.



Figura 10 Gralheira, Montemuro; Elaborada pelo autor.

Figura 11 Gralheira, Montemuro; Elaborada pelo autor.

A arquitetura constitui também uma das expressões que regista as especificidades das diversas subunidades geográficas a que antes fizemos referência. As aldeias dos planaltos e das cumeadas mais altas, marcadas pela preponderância das pastagens e do centeio, tenderão a compreender uma arquitetura tradicional mais indistinta correspondendo com frequência a uma edificação de granito com cobertura de duas águas de colmo implantada contra a

⁷ Cf. AMARAL, F. K. [et al]. – Arquitectura Popular em Portugal, p. 245-247.

vertente. Trata-se de uma solução fundamental da arquitetura destas regiões durante todo o Antigo Regime até ao final da primeira metade do século passado. Era esta, por exemplo, a morfologia comum a grande parte das edificações de Almofala na serra do Caramulo (figura 8) ou da Gralheira na serra de Montemuro.

Nesta última aldeia, implantada no alto da serra a mais de 1100 metros de altitude, distingue-se uma edificação que remete para a persistência desta morfologia, com fachada principal de alvenaria particularmente bem aparelhada, marcada por vão flanqueado por mísulas e conformado por lintel com a data de 1758 inscrita (figura 10). Mas, para lá de uma aparência mais formal quando comparada às demais, esta edificação, hoje arruinada, confirma uma das mais correntes soluções na organização destas edificações que procuram beneficiar da implantação transversal à ladeira de modo a permitir um acesso mais fácil ao piso superior. É também esta morfologia que vemos frequentemente escondida ou dissimulada no quadro da profunda transformação que marcará a arquitetura de muitas destas aldeias, em especial, a partir da década de 1970 (figura 11).

As casas maiores da lavoura

Descendo a partir das cumeadas mais altas para a meia serra e para as zonas ribeirinhas, a diversidade de tipologias que poderemos encontrar tenderá a crescer, refletindo, entre outros fatores, a presença mais significativa da casa de lavoura associada a explorações de dimensão significativa no contexto das áreas de montanha. A maior dimensão destas casas, considerando não apenas os compartimentos da habitação mas as dependências agrícolas, resultarão frequentemente na edificação sobradada implantada ao longo da encosta, de fachada marcada por um ritmo compassado dos vãos e cobertura com quatro ou mais vertentes associada à integração de asnas e de madeiramentos mais complexos⁸. Estas soluções adquiriram maior relevância a partir da segunda metade do século XVIII e, em especial, com o aproximar do final do Antigo Regime e, pontualmente, poderão mesmo ser distinguidas pela presença de elementos de recorte barroco na fachada, do guarnecimento dos vãos à cornija e aos cunhais. Por vezes registam também a influência da organização da casa de lavoura do Norte Atlântico, particularmente evidente nas casas dispostas em redor de um *quinteiro*, com acesso a partir de portal com data inscrita na padieira correspondendo à primeira metade ou, com maior frequência, à segunda metade do século XIX (figura 12).

A influência da arquitetura das regiões vizinhas nestas aldeias é também evidente na aproximação ao vale do Douro, com a presença progressivamente mais significativa das soluções de paredes exteriores de tabique pintadas ou revestidas com telhas, soletas de ardósia, chapas onduladas ou outros materiais (figura 13). Estas soluções contribuíram para uma transformação da imagem das aldeias ribeirinhas ou a meia encosta, a partir da segunda metade do século XIX, compreendendo uma arquitetura mais diversificada a nível dos sistemas construtivos (morfologia) e dos revestimentos (cor e textura) que contrasta com a imagem mais austera daquela que era até então a arquitetura corrente da Serra.

Os anos das minas da Freita

À economia agro-silvo-pastoril de subsistência vem-se juntar, em sobressalto, a mineração do volfrâmio com especial impacto nas serras da Freita e da Arada da segunda guerra, quando esta região foi marcada pela afluência significativa de gentes das regiões vizinhas que procuravam alternativas à conjuntura de crise. O alvoroço da *indústria* do volfrâmio terá como lugar central as vertentes a nascente do Alto da Freita, na área sudeste do concelho de Arouca e, em particular, as minas em redor das aldeias de Rio de Frades (exploradas pelos alemães) e de Regoufe (exploradas pelos ingleses). Distanciadas em cerca de cinco

⁸ COSTA – A casa de baixo e a casa de riba... p. 58.

quilómetros, estas aldeias apresentam evidentes analogias na implantação na base de uma encosta voltada a sudeste na margem de um curso de água afluente do Paiva. Mas as dissemelhanças que se verificam a nível da orografia destes lugares – bem mais acidentado em Rio de Frades que em Regoufe – acabariam por contribuir para distinguir de sobremaneira os modelos dos assentamentos mineiros de Alemães e Ingleses. No primeiro caso, a nova povoação situada junto a um vale muito encaixado, dispersava-se em diferentes núcleos com acesso a partir da aldeia para sul: subindo para os bairros de Cima e da Capela situados respetivamente a meia encosta e em promontório; ou percorrendo o trajeto na margem da ribeira para as *casas da Companhia* e para as instalações técnicas, de armazenagem e da lavaria⁹.



Figura 12 Covas do Monte, Arada; Elaborada pelo autor.



Figura 13 Parada de Ester, Montemuro; Elaborada pelo autor.



Figura 14 Minas de Regoufe, Freita; Elaborada pelo autor.



Figura 15 Regoufe, Freita; Elaborada pelo autor.

Em Regoufe, o complexo mineiro concentra-se, em contrapartida, num único núcleo a meia encosta, ocupando em terraços os dois flancos de uma linha de água afluente da ribeira com o nome da aldeia. A percepção, a um único olhar, do conjunto das diferentes edificações e estruturas deste complexo enfatiza a sua imagem *assombrada* e vaga, marcada pelo tempo e pela gradual remoção de materiais reaproveitados para outras construções (figura 14). Uma imagem de abandono que regista a condição temporal deste *assento* autónomo em relação à aldeia de lavradores, situada mais abaixo. Em Rio de Frades, uma parte dos bairros operários acabará, em contraponto, por ser integrada na aldeia agrícola, constituindo a única nota de permanência da ligação casual entre esses dois mundos. Isto porque mesmo durante o

⁹ cf. SILVA, A. M. (coord.) – Memórias da terra: património arqueológico do concelho de Arouca, p. 407.

frenesim dos anos do minério – que acabaria por se desvanecer a partir de 1944 – as duas aldeias manter-se-ão profundamente arreigadas às atividades tradicionais¹⁰, reiterando a importância dos campos largos em Regoufe (figura 15) ou das estreitas leiras em terraço de Rio de Frades.

Aldeias à beira e leiras a monte

À parte este período excepcional de exploração do volfrâmio, também o maciço da Gralheira confirmará as regiões de montanha enquanto áreas da emigração para o país e para o estrangeiro. Uma das condições mais relevadas na caracterização do processo de transformação das áreas rurais do norte do país, no século passado, é justamente a presença da casa do emigrante. A partir de finais do século XIX, algumas das aldeias das regiões consideradas neste artigo, serão marcadas pelo aparecimento da casa do emigrante brasileiro de torna-viagem que frequentemente acrescentará uma dimensão mais eclética e exuberante à arquitetura do tabique a que anteriormente fizemos referência.



Figura 16 Carvalhosa, Montemuro; Elaborada pelo autor.

Mas, como se sabe, será fundamentalmente a partir das décadas de setenta e oitenta do século passado que se assistirá à transformação mais significativa dos conjuntos edificados serranos, em grande parte, marcada pelo investimento nas aldeias de origem dos emigrantes que haviam partido para o centro da Europa¹¹. A afirmação das novas construções inscreve-se num discurso de renúncia à arquitetura tradicional, convertendo grande parte das aldeias em lugares de expressivos contrastes de volumetrias, morfologias e materialidades (figura 16). Esta transformação não atingiu, no entanto, todas as aldeias serranas do mesmo modo,

¹⁰ Cf. VILAR, A. – O volfrâmio de Arouca no contexto da segunda guerra mundial (1939-1945), p. 174.

¹¹ Cf. COSTA, M. R. – Sobre a tradição e a transformação em arquitetura: as aldeias da Beira entre a Freita e Montemuro.

acabando por ser mais evidente nas áreas de transição para os grandes vales (nalguns casos marcados pelos processos da rurbanização) e nos núcleos mais próximos dos eixos de escala regional e nacional que entretanto alteraram significativamente o quadro de distâncias com o exterior. Nos planaltos e nas zonas de vertente mais altas, as aldeias maiores assumir-se-ão também enquanto polos dessa profunda transformação, reservando, nalguns casos, para os aglomerados de menor dimensão uma condição diversa que tanto poderá resultar na relativa conservação do património vernacular de conjunto como no seu abandono (figura 17).

Será, de resto, sobre alguns destes aglomerados que recairá a preferência para as novas formas de segunda habitação que marcam um outro tempo de transformação destas aldeias, a partir da década de noventa do século passado, registando uma alteração de discurso em relação à arquitetura vernacular, que se passa então a admirar. Mas na realidade, a formalização desse discurso restringir-se-á, quase sempre, a um desígnio de representação ou recriação da arquitetura local que, privilegiando a renovação à conservação, raramente traduzirá aquelas que são as suas características fundamentais, a nível da morfologia, da organização ou até dos sistemas construtivos tradicionais. Por outro lado, a ocupação sazonal destas lugares, em parte cada vez mais próximos das regiões urbanas do litoral, resultará na *emancipação* da aldeia em relação à paisagem, com o abandono ou a florestação das melhores terras da povoação de outrora.



Figura 17 Levadas, Montemuro; Elaborada pelo autor.

Para além de um «território vago»: uma conclusão

Como resultado das diversas circunstâncias que marcam estes territórios durante o século passado, a condição da aldeia serrana do norte da Beira remete hoje para um quadro muito diversificado de situações, distinguindo: lugares de ribeira e meia serra de lugares de planalto e de cumeada; lugares que preservam traços fundamentais da economia agro-pastoril de lugares marcados por diversas formas de abandono e desruralização; lugares caracterizados pela justaposição dissonante de construções de lugares com valor patrimonial de conjunto; lugares próximos dos principais eixos estruturantes de lugares mais afastados e recônditos.

Algumas outras aldeias desta região têm, ainda, acabado por acolher projetos incomuns promovidos por diferentes instituições que importaria considerar: A Associação Binaural desenvolve, desde 2004, a sua atividade na aldeia de Nodar, na margem esquerda do rio Paiva, nos domínios da arte sonora experimental, com um conjunto muito diversificado de iniciativas que incluem a organização de festivais e workshops vários ou as residências de artistas com um número admirável de visitantes; A aldeia da Drave, na serra da Arada, alberga desde 1992 uma base nacional de escuteiros a que ocorrem todos os anos dezenas de jovens; O Teatro Regional da serra do Montemuro desenvolve a sua atividade desde 1990 na aldeia de Campo Benfeito, com diversas iniciativas relacionadas com a educação e a formação ou ainda com a organização do festival Altitudes.

Partindo de uma abordagem contemporânea e procurando adquirir uma dimensão nacional ou internacional, estes projetos estão, ao mesmo tempo, arreigados a diferentes expressões da cultura regional, defendendo a relação profunda com as comunidades locais. A diversidade de circunstâncias que marcam no presente as aldeias serranas, a par da implementação destes projetos e de outras iniciativas análogas, abre a expectativa de um modelo de desenvolvimento que considere os territórios de montanha, não isolados sobre si mesmos, mas significativamente integrados com as regiões urbanas do litoral. Uma integração que se afirme para lá do que poderíamos caracterizar como interesse crescente em torno a um «território vago», ausente e expectante, remetendo para as marcas de abandono e de memória de uma cultura do passado. É neste quadro que importa compreender de que modo poderá este modelo resistir ao processo contínuo de desaparecimento das atividades agro-pastoris e à tendência de desvinculação da aldeia da sua paisagem ou, em contrapartida, de que forma estará dependente da emergência de novos contextos de produção associados a comunidades locais simultaneamente conscientes dos aspetos particulares desta cultura e deste território.

Bibliografia

- AMARAL, F. K. [et al.] – Arquitectura popular em Portugal. Volume I. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.
- COSTA, M. R. – Sobre a tradição e a transformação em arquitetura: as aldeias da Beira entre a Freita e Montemuro. In Palcos da Arquitectura. Actas do 2º Seminário Internacional de Arquitectura, Urbanismo e Design. Volume I. Lisboa: Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2012, p. 349-358.
- COSTA, M. R. – A casa de baixo e a casa de riba na Drave: crónica de um lugar do maciço da Gralheira em Portugal. Labor & Engenho [Em linha]. Vol. 7, n.º 2 (2013), p. 45-62. [Consult. 21 Outub. 2016]. Disponível na internet: <URL: <http://www.conpadre.org/v7n22013.php>
- GIRÃO, A. – Montemuro: a mais desconhecida serra de Portugal. Coimbra: Coimbra Editores, 1940.
- RIBEIRO, O. – Dois tipos de ocupação humana na montanha portuguesa: posição do Montemuro. In Opúsculos Geográficos: o mundo rural. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 273-281.

RIBEIRO, O. – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas.
Lisboa: Sá da Costa, 1998.

SILVA, A. S. (coord.) – Memórias da terra: património arqueológico do concelho de Arouca.
Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 2004.

VILAR, A. – O volfrâmio de Arouca no contexto da segunda guerra mundial (1939-1945).
Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1998.